IA11235

**AFRICAN UNION**
الاتحاد الأفريقي

**UNION AFRICAINE**

**UNIÃO AFRICANA**

**Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : +251 11-551 7700 Fax : +251 11-551 7844**
**website : www. africa-union.org**

**CONSELHO EXECUTIVO**
**Vigésima-quarta Sessão Ordinária**
**21 - 28 de Janeiro de 2014**
**Adis Abeba, ETIÓPIA**

**EX.CL/802 (XXIV)III**
**Original: Inglês**

# RELATÓRIO DO SUBCOMITÉ DO CRP PARA QUESTÕES DE AUDITORIA

# RELATÓRIO DO SUBCOMITÉ DO CRP PARA ASSUNTOS DE AUDITORIA REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO E 11 DE DEZEMBRO DE 2013

## I. INTRODUÇÃO

1. A Segunda Reunião do Subcomité para Assuntos de Auditoria foi realizada em Adis Abeba, Etiópia em 04 de Novembro de 2013 e em 11 de Dezembro de 2013. As Reuniões iniciaram as 11h00m e as 10h30m respectivamente.

## II. PARTICIPAÇÃO

2. A Reunião foi presidida pelo Presidente do Subcomité para Assuntos de Auditoria, S. E. Lazare Makayat Safouess, Embaixador da República do Congo. Na Reunião participaram Representantes dos seguintes Estados Membros:

1. Burkina Faso
2. Tchad
3. Congo
4. RDC
5. Etiópia
6. Gâmbia
7. Gana
8. Lesoto
9. Mauritânia
10. Namíbia
11. Seicheles
12. África do Sul
13. Togo
14. Tunísia

## III. DISCURSO DE ABERTURA

3. O Presidente da Reunião desejou boas-vindas a todos os Membros do Subcomité e apresentou desculpa pelo atraso do início da Reunião (4 de Novembro de 2013.

4. A 11 de Dezembro, o Presidente informou os Membros que esta Reunião era a continuação da última realizada a 04 de Novembro de 2013. O objectivo da Reunião foi o de analisar e adoptar o Projecto de Relatório do Subcomité para as Questões de Auditoria.

## IV. ADOPÇÃO DA AGENDA

5. O Presidente apresentou a Agenda e ela foi adoptada pelo Subcomité após emendas. As emendas foram para retirar dois pontos da Agenda (i.e. Relatório de

Auditoria Externa da UA 2011 e Relatório do ECOSSOC) uma vez que esses Relatórios já tinham sido apresentados ao CRP. A esse propósito, a Reunião adoptou a sua Agenda como se segue:

(a) Discurso de Abertura
(b) Adopção da Agenda
(c) Análise do Relatório de Auditoria Externa da UA 2012
(d) Análise do Relatório do Desempenho Orçamental da CUA
    i) 1.º Trimestre que terminou em 31 de Março de 2013
    ii) 2.º Trimestre que terminou em 30 de Junho de 2013
(e) Diversos .

## V. RELATÓRIO DA AUDITORIA FINANCEIRA DA UA DO ANO DE 2012

### (a) APRESENTAÇÃO PELO CONSELHO DOS AUDITORES EXTERNOS

6. O Presidente do Conselho dos Auditores Externos (CAE) – Sra. Monica M. Besetsa, apresentou o Relatório da Auditoria Financeira do Ano de 2012 cujo resumo se segue:

i.) ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO

A Comissão da União Africana foi afectado o montante de USD 91.7 milhões e as despesas efectuadas até o montante de USD 89.9 milhões resultam em 98% de execução do orçamento.

ii.) ORÇAMENTO PROGRAMA

O Conselho registou uma diferença no número de projectos segundo os registos do PBFA (53 projectos) e do SPPEMERM (44 projectos). De acordo com os registos do PBFA haviam em 2012 53 projectos e a execução geral do orçamento desses projectos foi de 48% como demonstrado a seguir:

Execução Orçamental por Pilares

| Programa | Número de Projectos | Orçamento | Despesas | Sub/Sobre Despesas | Taxa de Execução |
|---|---|---|---|---|---|
| Paz e Segurança | 3 | 15,843,107 | 10,171,062 | 5,672,045 | 64% |
| Desenvolvimento, Integração e Cooperação | 28 | 79,494,064 | 24,605,440 | 54,888,624 | 31% |
| Valores Partilhados | 5 | 4,789,517 | 5,144,518 | -355,001 | 107% |
| Instituição e Reforço de Capacidades | 17 | 34,466,175 | 25,084,570 | 9,381,605 | 73% |
| **Total** | **53** | **134,592,863** | **65,005,590** | **69,587,273** | **48%** |

iii.) IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA

O Conselho dos Auditores Externos fez um acompanhamento da Matriz de Implementação das Recomendações da Auditoria Externa de 2011. Geralmente, a implementação das recomendações da Auditoria foi satisfatória tal como evidenciam as acções desenvolvidas.

7. Contudo, o Conselho dos Auditores Externos registou algumas fraquezas que requerem atenção. Isso inclui o seguinte:

i.) AUSÊNCIA DO PLANO DE AQUISIÇÕES

Contrariamente as exigências do Manual das Aquisições e das boas práticas, a Comissão não teve um Plano de Aquisições para o ano de 2012.

ii.) COMPRA DE BILHETES DE PASSAGEM AÉREA

Da revisão das viagens, foi registado que existiram atrasos na submissão dos pedidos de bilhetes, tendo resultado que a maioria dos bilhetes foram comprados tardiamente nos termos de “Certificado de Emergência”. Isso foi devido a falta de adequada planificação das viagens oficiais.

iii.) INVENTÁRIOS

Não houve conciliação dos registos com a verificação física dos inventários que conduz a algumas diferenças no encerramento dos balanços. O valor total dos inventários até 31 de Dezembro de 2012 foi de 1.358.000 $EU, segundo a Declaração Financeira mas, a Declaração dos Inventários Físicos reflectiu o valor total de 1.331.000 $EU revelando uma diferença de 27.000 $EU.

iv.) REEMBOLSOS

As Missões de Observação (também conhecidas como Escritórios de Ligação), e as CERs são dados fundos em forma de adiantamento que são regularizados quando os retornos financeiros sobre esses fundo foram recebidos. Até o fim do ano, um montante total de 13.368.000 $EU, enviados para esses escritório e para as CERs não foram regularizados e por isso, estão ainda pendentes.

v.) FUNDO DOS PARCEIROS

Da Declaração sobre Fundos dos Parceiros Não Utilizados, o Conselho registou um saldo não identificado de 1.128.214 $EU, nos Fundos dos

Parceiros Não Utilizados resultante da migração do PEACH TREE para SAP. Não foi apresentada qualquer análise ou justificação para o saldo.

Da Declaração dos Fundos dos Parceiros Não Utilizados, o Conselho registou também que até 31 de Dezembro de 2012 o Fundo da Grécia s (4.879.610.59 $EU ) e da Conferência dos Intelectuais da Diáspora (2.725.361.81 $EU), estiveram pendentes por mais de 5 anos e nenhuma acção foi desenvolvida para encerrá-los nos Livros e classificá-los de conformidade.

vi.) AUSÊNCIA DE ESQUEMA DE SERVIÇO

No Relatório de Auditoria de 2011, o Conselho recomendou que a Comissão preparasse um Esquema de Serviço. Durante a Auditoria o documento ainda não estava preparado e a Auditoria foi informada de que os trabalhos ainda estavam em curso.

vii.) ENTREVISTAS COM CANDIDATOS CUJAS QUOTAS ESTIVERAM ESGOTADAS

Durante o recrutamento realizado no ano de 2012, os candidatos de Países cujas quotas estavam esgotadas foram convidados para entrevistas quando está claro que eles não serão contratados.

viii.) TAXAS PREFERENCIAIS (BRUXELAS E GENEBRA)

Nos passados dois anos, o Conselho repetidamente referiu-se as taxas preferenciais aplicadas aos salários dos funcionários em Bruxelas e em Genebra. Contudo, até agora a questão não foi ainda resolvida.

ix.) FÉRIAS NO PAÍS DE ORIGEM

Os funcionários elegíveis para viajarem aos seus países de origem em férias, têm direito ao pagamento pela Comissão da viagem incluindo os seus dependentes. Contudo, não foram apresentadas provas que justifiquem que esses funcionários e seus dependentes na realidade fizeram essa viagem. O Conselho tem levantado essa preocupação nos últimos três anos.

8. Embora o exercício da Auditoria foi bem realizado, o Presidente do Conselho levantou constrangimentos/desafios abaixo descritos encontrados pelo Conselho na realização da Auditoria:

(i) A equipa integrava Auditores de diferentes bases linguísticas. Isso impediu os Auditores uma vez que foi difícil comunicar entre eles e consolidar também o relatório final devido as diferenças linguísticas. Foi sugerido analisar a introdução de emendas as normas para permitir a

inclusão de uma Instituição Suprema de Auditoria por um período específico para realizar as auditorias e assim reforçar a comunicação. Foi indicado que a ONU segue essa abordagem.

(ii) De acordo com as normas da UA, a auditoria deverá incidir sobre o cumprimento e as auditorias das declarações financeiras. A auditoria tem agora se alargado para além disso e são também realizadas auditorias de desempenho e das TICs. Tais auditorias deverão ser integradas nas normas e as relevantes aptidões deverão ser consideradas aquando da decisão sobre a composição do Conselho dos Auditores Externos.

9. OPINIÃO GERAL

No geral, o Conselho dos Auditores Externos exprimiu um "parecer sem reservas" sobre as Declarações financeiras da Comissão. Um "parecer sem reservas" implica que os registos e as declarações são adequadamente apresentados de acordo com os procedimentos contabilísticos aceitáveis.

**(b) DELIBERAÇÕES**

10. Na sequência da apresentação pelo Presidente do Conselho dos Auditores Externos, o Presidente do Subcomité do CRP deu oportunidade para comentários e questões. Os Membros do Subcomité levantaram as seguintes questões:

i.) Foi sugerido que a apresentação do Conselho dos Auditores Externos fosse traduzida em todas as línguas de trabalho da UA e feita circular.

ii.) Foram levantadas preocupações no que diz respeito à baixa taxa de implementação (48% do Orçamento Programa do Ano de 2012.

iii.) A Comissão foi instada para resolver as fraquezas e as questões levantadas no Relatório. Os Membros registaram que enquanto algumas das fraquezas são novas existem entretanto questões repetitivas.

iv.) A Comissão foi solicitada para prestar esclarecimentos sobre o pagamento de taxas preferenciais ao Pessoal de Bruxelas e de Genebra.

v.) A Comissão foi solicitada a apresentar os justificativos dos pagamentos de férias feitos sem prova de actuais viagens.

vi.) Na ausência do esquema de serviço/descrição dos postos, como poderão os empregados saber as suas tarefas e responsabilidades?

vii.) Preocupações foram também levantadas acerca das entrevistas a candidatos cuja quotas dos seus Países estavam esgotadas enquanto existem alguns Estados Membros que não têm sequer um membro no Pessoal da Comissão.

viii.) Foi também pedido a Comissão de apresentar respostas/explicações sobre todas as áreas de fraquezas, levantadas pelo Presidente do Conselho de Auditoria Externa sobre o Relatório de Auditoria de 2012.

**(c) RESPOSTAS DO PRESIDENTE DO CONSELHO DOS AUDITORES EXTERNOS**

11. O Presidente do Conselho dos Auditores Externos explicou que os relatórios de auditoria são traduzidos em todas as línguas de trabalho pela Comissão. A apresentação será disponibilizada a Comissão para tradução em tempo oportuno.

12. O Conselho aproveitou a oportunidade para chamar atenção do Subcomité relativamente aos velhos edifícios da UA em Lagos e Nova Iorque. Acção/decisão urgente é necessária sobre esses edifícios.

**(d) RESPOSTAS DA COMISSÃO**

13. **Os Representantes da Comissão do** PBFA (Finanças) e do AHRM (Administração) deram respostas às preocupações dos Membros como se seguem:

i.) BÁIXA TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS

A Comissão explicou que a baixa taxa de implementação é atribuída a recepção tardia e/ou a não recepção do financiamento do orçamento pelos Parceiros. De outro modo, a taxa de implementação é de 78% na base dos fundos actualmente recebidos.

ii.) AUSÊNCIA DE UM PLANO DE AQUISIÇÕES

Um Plano de Aquisições não pôde ser elaborado em 2012 por causa da disponibilização tardia do orçamento e falta de informações apropriadas dos vários Departamentos. A Comissão adoptou medidas para corrigir a situação, e, implementará o plano tal como exigido.

iii.) AQUISIÇÃO DE BILHETES DE PASSAGEM AÉREA

A Comissão está a trabalhar sobre uma política de viagens que facilitará a planificação adequada da questão das viagens, incluindo a compra dos

bilhetes. A aprovação do projecto de Política de Viagens assistirá na solução da aquisição tardia dos bilhetes. Actualmente, o Gabinete da Presidente emitiu uma circular que exige a cada Departamento para submeter planos trimestrais das suas viagens oficiais para aprovação antes de iniciar o trimestre, o que melhorou a compra dos bilhetes de passagem aérea.

iv.) INVENTÁRIOS

As diferenças são principalmente devidas a erros de classificação dos inventários. Contudo, os 27.000 $EU, são especificamente ligados aos produtos médicos e fornecimentos. O PBFA realizou desde então uma exaustiva investigação e descobriu alguns produtos que passaram de prazo, próprios para destruição que foram incluídos nos estoques. Desde então tem sido feita a reconciliação para corrigir essas anomalias.

v.) REEMBOLSOS

Em cumprimento do Regulamento Financeiro sempre que os fundos são transferidos para qualquer escritório de missões (Missão de Observação), eles são registados como a receber desses escritórios até que eles submetam declarações aceitáveis detalhando como os Fundos têm sido usados apoiado de documentos de contabilidade. Esses Fundos são enviados trimestralmente com base no orçamento. Os fundos não são enviados antes da prestação de contas sobre as anteriores remessas. Contudo, dependendo de algumas inevitáveis circunstâncias, alguns escritórios podem submeter os seus documentos de contabilidade o mais tardar ou justamente no fim do ano financeiro ou seja a 31 de Dezembro. Nessas circunstâncias as suas contas permanecerão pendentes tal como relatado pelos Auditores porque a Sede deve empreender as devidas diligências.

Os Fundos são transferidos para as CER de acordo com os termos estipulados no Acordo de Contribuição (AC) e a Implementação do Acordo assinado entre a CUA e as CER. As despesas actuais são libertadas apenas depois da submissão das Declarações Financeiras numa base trimestral. Tal como dito acima, os fundos a receber serão regularizados quando cada CER/MR, tenha submetido as suas declarações financeiras a CUA após a devida diligência.

vi.) FUNDOS DOS PARCEIROS

É certo que o saldo de 1.128.214 $EU, representa o sumário de muito longa lista de fundos dos Parceiros que estiveram inactivos desde 2008. Esse sumário do saldo resultante de mais do que quarenta fundos vieram do velho sistema, do PEACHTREE para o SAP. Até 1 de Janeiro de 2009 quando o SAP foi lançado, a Direcção do PBFA iniciou um exercício

de limpeza de dados que cobre todos as contas inactivas. Esse é um exercício tedioso pois as contas são muitas mas, o PBFA concluirá definitivamente isso até Dezembro de 2013 e prestará informações para decisão da gestão tal como orientado pelo Regulamento Financeiro.

O Memorando de Entendimento foi assinado a 22 de Setembro de 2008 ,entre a CUA e a República Helénica para apoiar programas ligados a adaptação as alterações climáticas. Consequentemente Quatro Milhões de Euros (4.000.000.000 de €), foram recebidos e depositados em 2009 numa conta separada dedicada ao Fundo. Segundo o Acordo, a Comissão gasta parte do fundo com uma reunião do COP 15 na Dinamarca durante 2009, mas o remanescente deve-se manter pendente até instruções posteriores. Tal como parte do exercício de limpeza de dados mostrou acima, a decisão da gestão será tomada em consulta com as Partes (Parceiros) em qualquer caso o mais tardar em Dezembro de 2013.

O saldo de há muito tempo pendente de 2.725.361,81 $EU da Conferência dos Intelectuais da Diáspora será transferido para o Fundo Geral do ano fiscal de 2013 uma vez que permaneceu inactivo por mais de cinco anos em obediência ao Regulamento Financeiro, Artigo 27.2.

vii.) AUSÊNCIA DO ESQUEMA DE SERVIÇO

Actualmente a Comissão está a trabalhar numa política de promoção e desenvolvimento de carreira que brevemente irá para o processo de aprovação no quadro do Comité Administrativo Conjunto. Essa política incidirá sobre a promoção na carreira dos funcionários dentro dos diferentes níveis de remuneração da Comissão de forma a desenvolver, motivar e reter o Pessoal. Além disso, foram contratados Consultores para trabalharem sobre a estrutura geral da Comissão. Essa revisão de estrutura irá, entre outras coisas, destacar as ligações entre os cargos e a sua relação com a Estratégia da Comissão um factor que é integral para o desenvolvimento do Esquema de Serviço.

viii.) ENTREVISTAS COM CANDIDATOS ENQUANTO AS QUOTAS ESTAVAM ESGOTADAS

O sistema de quotas é fluido e a esse respeito não é um instrumento estático que é fixado para um período de tempo. Essa fluidez é causada por factores tais como a separação devido a reforma, pedido de demissão e morte, bem como as nomeações feitas ao longo do ano. São esses factores que podem justificar entrevistas que estiveram agendadas antes das quotas dos países estarem esgotadas. Contudo, se as quotas estiverem esgotadas depois das entrevistas, esses candidatos não serão nomeados mas, permanecerão na lista aguardando disponibilidade das suas quotas. É importante registar que ter esses candidatos na lista

permite o envio rápido em casos quando os postos vagos se abrem com termos similares de referência.

ix.) TAXA PREFERENCIAL (BRUXELAS E GENEBRA)

O pedido de aprovação dessas taxas preferenciais foi solicitado ao CRP em 2013, o que foi negado mediante instrução de que uma revisão geral dos salários e direitos deve ser empreendida na Comissão como um todo. Foi contratada uma Firma de Consultoria para realizar um inquérito salarial abrangente de Profissionais, assim como do Pessoal de Apoio da CUA. Os termos de referência dessa consultoria seria de comparar a CUA com organizações similares e apresentar uma fórmula de concessão de salários e outros direitos aos funcionários, e, assim essa revisão servirá para todos os assuntos ligados a remuneração, incluindo as taxas preferenciais bem como formará a base para a gestão da política de concessão.

x.) FÉRIAS AO PÍS DE ORIGEM

As políticas actuais não exigem apresentação de provas das vaigens em férias ao país de origem. As normas da UA são omissas quanto a maneira como essas viagens devem ser justificadas. De maneira a corrigir essa situação, as actuais políticas estão sendo revistas para articular claramente essa posição e outras áreas pertinentes. Uma vez feito isto, será pedida aprovação das relevantes autoridades para que um novo processo entre em vigor. Por isso, as Políticas de Férias em Viagens ao país de origem, actualmente em revisãoo, se pronunciarão claramente por elas próprias sobre o assunto.

**(e) RECOMENDAÇÕES SOBRE O RELATÓRIO DO CONSELHO DE AUDITORIA EXTERNA**

14. **Na sequência das deliberações sobre o Relatório da Auditoria, 2012, o Subcomité fez as seguintes recomendações:**

**i. A Comissão deverá prosseguir os seus esforços para melhorar a taxa de implementação de todos os programas planeados durante o ano;**

**ii. A Comissão deverá tratar as áreas de fraqueza questionadas pelo Relatório de Auditoria, 2012 do Conselho dos Auditores Externos e implementar em conformidade todas as recomendações;**

**iii. O CRP deverá instar os Estados Membros para acelerar a adopção de modalidades das fontes alternativas de financiamento dos programas da União e assim reduzir o recurso ao excesso de confiança nos Parceiros;**

**iv. O Subcomité insta a Comissão para acelerar e concluir o estudo sobre a revisão salarial que também tratará das taxas preferenciais dos Escritórios de Bruxelas e de Genebra e submetê-la a análise dos Órgãos Políticos;**

**v. O CRP analisará favoravelmente a proposta do Presidente do Conselho dos Auditores Externos para a nomeação de um Auditor Geral dos Estados Membros (Instituição Suprema de Auditoria) para ser o Auditor Externo da União.**

## VI. RELATÓRIOS SOBRE DESEMPENHO ORÇAMENTAL (1.º e 2.º TRIMESTRES, 2013

### (a) APRESENTAÇÃO PELO GABINETE DE AUDITORIA INTERNA

15. O Presidente do Subcomité convidou o Director em exercício do Gabinete de Auditoria Interna (GAI) para apresentar os Relatórios de Auditoria Interna do 1.º e 2.º Trimestres sobre análise do desempenho orçamental. O Director em exercício do Gabinete de Auditoria Interna apresentou os Relatórios, incidindo sobre os principais destaques e conclusões.

16. O Director em exercício do Gabinete de Auditoria Interna explicou os números do orçamento e as taxas de execução das duas quotas conforme sumário que se segue:

| **Descrição** | **1º Trimestre** | **2º Trimestre** |
|---|---|---|
| Orçamento de funcionamento | 19.74 milhões $EU | 41.68 milhões $EU |
| Orçamento programa | 12.97 milhões $EU | 31.05 milhões $EU |
| **TOTAL** | **32.7 milhões $EU** | **72.73 milhões $EU** |
| | | |
| **Taxas de execução (%) –Com base na proporção trimestral** | | |
| Orçamento de funcionamento | 87.1% | 92.01% |
| Orçamento programa | 41.8% | 49.3% |
| | | |
| **Taxas de execução (%) – Baseado no Orçamento Aprovado** | | |
| Orçamento de funcionamento | 21.8% | 46.00% |
| Orçamento programa | 10.13% | 24.65% |
| **Fundos ainda não recebidos para os programas trimestrais** | | |
| Orçamento de funcionamento | 28.9 milhões $EU | 40.62 milhões $EU |

17. Baseado na análise geral, o GAI exprimiu a opinião de que a execução do Orçamento de funcionamento foi satisfatória enquanto a do Orçamento Programa não foi, requerendo assim acompanhamento e melhorias.

18. O Director em exercício apresentou ainda as conclusões detalhadas sobre a análise da execução e as explicações obtidas dos auditados (Departamentos/Direcções) relativamente a cada trimestre. Relativamente ao primeiro trimestre foram observados o seguinte:

a. *Altas taxas de execução:* Altas taxas de execução foram registadas nas despesas em quatro rubricas orçamentais, nomeadamente: Conferência, Horas extraordinárias, monitorização de eleições e seguros. Contudo explicações foram dadas para as altas taxas de execução, indicando que a maioria delas não requereram pagamentos. Foi também indicado que as horas extraordinárias e a monitorização de eleições não têm padrões constantes.

b. *Baixas taxas de execução orçamental (abaixo de 40%):* Foi registado que 49 rubricas orçamentais foram executadas abaixo de 40% do valor proporcional. Isso foi devido os preparativos do 50.º Aniversário. Por isso, alguns programas foram transferidos para outros trimestres.

c. *Taxa zero de execução orçamental:* Foi registado que 25.9 milhões $EU registados no SAP contêm 380 rubricas orçamentais que não foram executadas. Isso foi devido a falta de fundos ou a transferência de actividades para outros trimestres.

d. *Rubricas para as quais não foi afectado/disponibilizado orçamento:* - Ao orçamento aprovado de 28.9 milhões $EU não foram afectados fundos para uso.

e. *Taxas preferenciais de pagamentos:* Foram feitos pagamentos de taxas preferenciais ao Pessoal de Bruxelas e Genebra mas, não existia rubrica orçamental.

19. Além disso, o Director em exercício explicou que as conclusões do Segundo Trimestre foram na maioria dos casos similares a do Relatório do 1.º Trimestre. Elas foram as seguintes:

a. *Altas taxas de execução orçamental:* Altas taxas de execução foram registadas nas rubricas orçamentais, nomeadamente: Conferência e Conselho Executivo, Monitorização de eleições, arrendamento das instalações, manutenção das instalações, artigos de papelaria e materiais de escritório, refrescos e bebidas. Explicação foi dada Segundo a qual a maioria não requeria pagamentos.

b. *Baixas taxas de execução:* Foi registado que 108 linhas orçamentais foram executadas abaixo de 40%. Explicações dadas foram as de que a maioria dos programas serão implementados no 3.º e 4.º trimestres do ano.

c. *Taxa zero de execução orçamental:* Foi registado que 403 rubricas orçamentais tiveram despesa zero. A explicação dada foi a de que a maioria desses programas estão planeados para o 3.º e 4.º trimestres.

d. *Rubricas orçamentais sem fundos afectados:* O Orçamento programa aprovado de 40.57 milhões EU, esteve sem fundos para implementação. As explicações dadas pelos Departamentos foram:

   i. Os Parceiros desembolsam fundos semestralmente o que é também objecto de certificação da Auditoria Interna. Por isso, os próximos fundos são esperados após o 2.º trimestre.

   ii. Alguns Parceiros tais como o Governo da China prestam assistência maioritariamente em bens. Por isso, os programas dessa parceria chinesa estão sem fundos.

   iii. Alguns Parceiros tais como a Espanha e a GIZ não desembolsaram fundos para os programas, eles prometeram e isso também contribuiu para a falta de financiamento.

e. *Pagamento de taxas preferenciais:* Pagamento de taxas preferenciais continuou a ser feito ao Pessoal de Bruxelas e de Genebra mas, ainda não havia rubric orçamental.

## (b) DELIBERAÇÕES

20. A seguir a apresentação do Relatório sobre o Desempenho Orçamental, o Presidente do Subcomité convidou os Membros para apresentarem comentários e questões. Contudo, não houve pedido de uso da palavra pelos Membros.

21. Presidente do Subcomité agradeceu o Gabinete de Auditoria Interna pelos Relatórios bem como pela apresentação feita e apontou que as questões de baixa taxa de execução do orçamento programa e das taxas preferenciais de dois escritórios já foram tratados pelo Relatório da Auditoria Externa.

## (c ) CONCLUSÕES SOBRE OS RELATÓRIOS DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL

22. **O sub-Comité para Assuntos de Auditoria tomou nota e adoptou os Relatórios sobre análise do orçamento tais como apresentados.**

## VII. DIVERSOS

23. Os Membros indicaram que houve submissão tardia dos relatórios e assim alguns não tiveram tempo suficiente para lê-los na integra.

24. Os Membros também solicitaram que versões electrónicas dos relatórios lhes sejam no futuro enviadas juntamente com cópias dos textos.

25. Não havendo mais assuntos, ambas as reuniões foram encerradas pelas 13H00.

**AFRICAN UNION UNION AFRICAINE**

**African Union Common Repository** **http://archives.au.int**

Organs Council of Ministers & Executive Council Collection

2014

# Relatório Do Subcomité Do Crp Para Questões De Auditoria

União africano

União Africano

http://archives.au.int/handle/123456789/4057

*Downloaded from African Union Common Repository*